

Conhecimento Ancestral e Perspectiva Ecológica: a interface para uma vida mais sustentável

SILVA, Janaina Filardi da¹
CARVALHO, Denize Piccolotto²

Resumo

Este artigo centrado no fazer jornalístico, almeja refletir sobre o papel do jornalismo ambiental com os aportes teórico-metodológico dos ecossistemas comunicacionais. A intenção é chamar a atenção para uma sociedade mais sustentável, dando especial destaque aos povos primitivos indígenas do Brasil. Nessa perspectiva, busca-se explorar a urgência de uma sociedade sustentável, os antigos saberes e a perspectiva ecológica no jornalismo ambiental. Os desafios anunciados são indicadores para se identificar um estilo de vida equilibrado, em harmonia com o meio ambiente – flora, fauna etc., que é norteado pela lógica da não acumulação.

Palavras-Chave: Conhecimento ancestral; Sustentabilidade; Indígenas do Brasil.

1. Introdução

Este artigo propõe uma reflexão sobre um novo fazer jornalístico e o papel do jornalismo ambiental sob a perspectiva teórico-metodológica dos Ecossistemas Comunicacionais. Destaca ainda a urgência de uma sociedade mais sustentável, recorrendo aos saberes ancestrais: dos povos primitivos indígenas do Brasil. Os modos de produção extrativista e mercantilista praticados por séculos levaram a uma exploração predatória dos recursos naturais e permanecem até hoje provocando escassez, muita degradação ambiental e várias consequências negativas entre as quais, o aquecimento global. Urge a necessidade de um modo de viver mais justo e mais equilibrado - com desenvolvimento sustentável, conforme foi definido no Relatório Brundtland (1987), “aquele que atende às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem a suas necessidades e aspirações”. Para tanto, apresentamos uma reflexão sobre o aprendizado que é possível ter a partir das experiências desses povos que há gerações vêm desenvolvendo uma relação harmoniosa com a natureza. Antes da chegada do colonizador europeu, os indígenas já habitavam as terras brasileiras e viviam em perfeita harmonia com a natureza e o meio ambiente.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCCOM) da Universidade Federal do Amazonas, Especialista em Docência do Ensino Superior (UNIP), membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Processos de Criação na Amazônia, filardi-silva@hotmail.com.

² Pós-Doutora em Tecnologia Educativa pela Universitat de les Illes Balears (UIB), Doutora em Educação pela Universitat de les Illes Balears (UIB), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Mestre em Planejamento e construção de materiais didáticos pela Universitat de les Illes Balears (UIB) e Especialista em Teoria e Pesquisa em Comunicação Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Processos de Criação na Amazônia, professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCCOM) da Universidade Federal do (UFAM), denize.piccolotto@gmail.com.

Foram esses povos originários que ajudaram os europeus que aqui chegaram a sobreviver na selva, ensinando sobre botânica, zoologia, reaproveitamento de alimentos, plantas medicinais entre tantos outros conhecimentos ancestrais. Foi durante a incursão do homem branco em busca de madeira, carvão, etc., no Brasil, que as florestas brasileiras começaram a ser destruídas. Félix Émile Taunay (1759-1881), pintor francês, numa época onde a pintura também representava o cotidiano e a realidade das pessoas, fez dura crítica ambiental em sua tela “Vista de um mato virgem que se está reduzindo à carvão” (1843), a devastação da natureza já era observada no século 19, os artistas também utilizavam a arte para fazer críticas socioambientais nem sempre era só representação do belo. A partir desse fato evidenciamos a importância do jornalismo ambiental e seu papel social enquanto educador.

De acordo com Cox (2013), uma das normas mais fortes de uma sociedade democrática é a transparência, os cidadãos têm o direito de conhecer as informações importantes para suas vidas. No âmbito internacional, esse princípio foi apresentado e aplicado às preocupações ambientais nas Conferências das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, a partir de 1992.

Foi a partir desse cuidado com a transparência nos processos comunicacionais e entendendo que a Amazônia é rica, plural e infinitamente diversa não só em biodiversidade mas também socioculturalmente, que alguns pesquisadores da Universidade Federal do Amazonas elaboraram uma abordagem para se entender, pesquisar, conhecer os processos comunicacionais na e para Amazônia respeitando e compreendendo todas as suas complexidades e singularidades - os Ecossistemas Comunicacionais (EC), na perspectiva dos EC busca-se entender que o homem, o ambiente, a natureza, a sociedade, as ferramentas tecnológicas e todos os infinitos sistemas que o compõem, formam uma grande teia na qual influenciam e são influenciados. Assim se dá a perspectiva Ecológica, a qual propõe uma comunhão de saberes, conectados e que interagem entre si em favor de uma comunicação ambiental, mais abrangente, eficiente e, conseqüentemente, colaborando para que as pessoas sejam melhores informadas e preparadas para viver e agir em prol de um mundo melhor para todos os seres do planeta e para as gerações futuras.

2. A urgência de uma sociedade sustentável

O modo de produção extrativista e mercantilista praticado por séculos até os dias atuais visa o mais alto nível possível de acumulação dominando e explorando a natureza de maneira

predatória devastando todos os seus bens e serviços. Para estes propósitos se utilizam todas as formas de exploração desde as mais sujas, como àquelas ligadas à mineração e à extração de petróleo e gás, até as menos perceptíveis, que utilizam a genética e a nanotecnologia. O que mais agride o equilíbrio vital do planeta é o uso de agrotóxicos e pesticidas, que destroem micro-organismos que habitam o solo, as águas e o ar, destruindo todas as diversidades de formas de vida. Com a permanente e irresponsável intervenção humana em busca dos recursos naturais ocorrida nos últimos séculos, inauguramos uma nova era geológica chamada de Antropoceno que segundo Viola (2016, p. 8), essa Era simboliza uma grande mudança no planeta Terra nunca experimentada pelos seres humanos. É caracterizada pela capacidade de destruição do ser humano, acelerando o desaparecimento natural das espécies do planeta. De acordo com o estudo publicado pelo Pnuma - Fundo das Nações Unidas para o Meio Ambiente, mais de 122% das plantas do mundo se encontram sob risco de extinção devido a perda de seus habitats naturais em consequência do desmatamento em função da produção de alimentos, do agronegócio e da pecuária (Anuário Pnuma 2011, p.12 APUD Boff, 2012, p. 22).

Em decorrência da ganância humana e do desejo incessante da acumulação, convivemos com problemas reais em escala mundial como por exemplo: a ruptura da camada de ozônio, escassez de recursos naturais – alguns desses próximos do esgotamento, como o petróleo e o gás, perda crescente de biodiversidade, desflorestamento, acúmulo excessivo de detritos domésticos e industriais, poluição dos oceanos, e como consequência de todos esses fatos negativos, o aquecimento global.

O aquecimento da Terra foi crescendo lentamente até alcançar um nível perigoso. E podemos observar as reações da natureza em alguns eventos extremos como por exemplo, furacões, ondas de calor, ciclones, derretimento das geleiras, desertificação, que são resultantes desse aquecimento, como exemplifica Boff,

Por um lado, arrasadoras enchentes; por outro, tórridas secas, a irrupção de tufões devastadores, a fome de milhões, a destruição de safras provocando a emigração de populações inteiras e a alta dos preços dos alimentos (*commodities*), a disputa por espaços e por recursos e guerras tribais (BOFF, 2012, p. 27).

Estes desastres, eventos extremos, decorrentes do aquecimento do planeta nos convida a refletir sobre a urgência de refletirmos sobre a sustentabilidade de uma forma mais realista, prática, e descartar os modismos e discussões vazias sobre o tema. Concretamente deve-se viabilizar a convergência da aplicabilidade complexa de todos os sistemas envolvidos: natureza,

seres humanos, cultura, política, etc, a exemplo do que se observa no funcionamento dos Ecossistemas Comunicacionais.

Em decorrência da preocupação global com todos esses desastres e as consequências sofridas por causa da má utilização do meio ambiente, todos esses temas passaram a fazer parte da pauta de encontros internacionais envolvendo chefes de Estado, cientistas, religiosos, ambientalistas, políticos, jornalistas e diversas organizações para estabelecer metas para a preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável, no interesse da preservação da casa comum de todos os seres: o planeta Terra.

Na década de 70 começou a se discutir com mais ênfase sobre os problemas ecológicos em escala global. Um desses primeiros encontros mundiais aconteceu em Estocolmo, em 1972, Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente; 12 anos depois, em 1984, outra conferência deu origem à Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, os trabalhos dessa comissão encerraram-se em 1987 com o relatório Brundtland intitulado nosso futuro comum. Foi a partir daí que apareceu a expressão desenvolvimento sustentável, definido como “aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem a suas necessidades e aspirações” (Brundtland, 1987, p.41). Como resultado deste relatório, uma nova conferência foi convocada pra dar continuidade à discussão, no Rio de Janeiro, em 1992, conhecida também como a Cúpula da Terra. E Desde então encontros, conferências têm sido realizados e infelizmente muito foi falado, discutido e poucas ações foram colocadas em prática para a interrupção da degradação ecológica. Após a Rio+5 que aconteceu no Rio de Janeiro em 1997, analistas concluíram que cada vez mais fica evidente a contradição entre a lógica do desenvolvimento capitalista, que procura maximizar o lucro em detrimento da natureza, e entre a dinâmica do meio ambiente que é regida pelo equilíbrio, pela interdependência de todos com todos e pela reciclagem de todos os resíduos – nada se perde, tudo é reaproveitado, reciclável, reutilizável, não existe lixo na natureza. Sobre o resultado de todas essas conferências Boff comenta,

O saldo positivo de todas essas conferências da ONU foi um crescimento de consciência na humanidade concernente à questão ambiental, não obstante persistia ainda ceticismo em um bom número de pessoas, de empresas e até de cientistas. Entretanto, os eventos extremos se têm multiplicado tanto que os céticos já começam a tomar a sério a questão das mudanças climáticas da Terra.

A expressão “desenvolvimento sustentável” começou a ser usada em todos os documentos oficiais dos governos, [...] e nos meios de comunicação (BOFF, 2012, p. 36).

Esse crescimento de consciência, mencionado pelo autor supracitado, também é o resultado do trabalho dos jornalistas na cobertura desses eventos, que divulgaram e propagaram a informação sobre meio ambiente dessas conferências, promovendo um debate coletivo e global sobre essa temática. Infelizmente todas as discussões sobre temáticas ambientais não promoveram ações efetivas para que se cessasse a degradação do meio ambiente. É urgente a utilização de novas abordagens jornalísticas para a promoção da melhoria da conscientização e discussão sobre desenvolvimento sustentável.

Um modo de vida sustentável precisa ser pensado, refletido, planejado e principalmente colocado em prática por todos os habitantes do planeta nos níveis, nacional, regional e global. O conjunto de processos e ações que se destinam a manter a integralidade e o vigor do lugar que habitamos, a preservação dos seus ecossistemas e todos os micros e macros sistemas que o compõem, e que possibilitam a existência e a reprodução da vida no atendimento das necessidades das atuais e futuras gerações, sua respectiva continuidade, expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões, é o que sinteticamente, a sustentabilidade se propõe.

O panorama ecológico no qual a população mundial se encontra – alguns países mais e outros menos degradados ambientalmente, está num estágio tão avançado de desgaste no que concerne a forma de produzir, distribuir, consumir e habitar a Terra, que se algo não for feito para interromper este processo, não será possível salvar a civilização e a própria espécie humana.

Todos, individual e coletivamente, são chamados a desenvolver um sentimento de interdependência global. A sustentabilidade deve ser utilizada numa perspectiva universal não é possível garantir a sustentabilidade de um determinado grupo sem afetar outros grupos que estão próximos e ou distantes dele. Tudo está conectado. As ações realizadas, não importando se executadas isoladamente ou em grupo, afetam direta ou indiretamente outros seres humanos e a natureza também. Tão importante quanto esta interdependência é a relevância da responsabilidade universal; Sobre isso Leonardo Boff explica:

Isto significa que importa tomar em alta consideração as consequências benéficas ou malélicas de nossos atos, de nossas políticas e das intervenções que fazemos na natureza, que podem destruir o frágil equilíbrio da Terra e, caso usarmos armas de destruição em massa, fatalmente faríamos desaparecer a espécie humana (BOFF, 2012, p.16).

Uma sociedade será sustentável quando conseguir se organizar e se comportar de uma tal forma que, através das gerações, conseguirá garantir a vida das pessoas e dos ecossistemas nos quais está inserida. Quanto mais uma sociedade faz uso de recursos renováveis e recicláveis,

mais sustentável ela será. Aqui está sendo exemplificado apenas fatores relacionados ao meio ambiente mas importa também mencionar que existem outros fatores também relacionados à sustentabilidade como desenvolvimento social, econômico etc; durante todo o processo de desenvolvimento tudo está conectado.

Para se desenvolver uma maneira de ser e viver sustentável, primeiramente é preciso que exista uma ética ecológica, um conjunto de valores e princípios que norteiam um bem viver equilibrado. Um jeito de ser indivíduo e coletivo que entende que é preciso utilizar os recursos com parcimônia, consumir com inteligência racional e principalmente emocional, lembrando que estamos todos interligados e que a repetição das nossas ações afeta quem está próximo e também as gerações futuras. Uma proposta inspiradora a ser observada, de relação harmoniosa e equilibrada entre seres humanos e natureza, observa-se nos povos primitivos do Brasil, os indígenas. Nesses povos ancestrais, existe uma ética de suficiência e equidade para todo o coletivo e não somente para o indivíduo. Nestas sociedades o principal não é acumular mas compartilhar, e principalmente existe uma noção bem definida de não consumir mais do que o ecossistema pode oferecer, eliminando a possibilidade de escassez. Precisamos de uma nova cosmologia para vivermos num novo mundo, que é possível e necessário. É importante abandonar as ilusões do fetichismo pela mercadoria e obsessão inescrupulosa pela riqueza. Ao refletirmos sobre a organização social, cultural, política, dos povos indígenas e sua interação com a natureza, obtemos pressupostos bem-sucedidos e que podem servir de inspiração para uma sociedade global mais sustentável.

2. Antigos saberes para novas metodologias

A civilização contemporânea tem desenvolvido hábitos devastadores em relação ao meio ambiente, perpetuando a cultura aqui deixada daqueles colonizadores que estiveram no Brasil na época do seu descobrimento quando chegaram e instalaram as colônias de exploração. Desde o ano 1500 o colonizador europeu começou a explorar os recursos naturais do continente que sempre foram abundantes e exuberantes, como por exemplo, madeiras nobres, metais e pedras preciosas, que eram enviados para Europa. Quando o colonizador chegou pela primeira vez ao Brasil, os indígenas já habitavam o território em quase toda a sua totalidade. Luciano observa que,

Os povos indígenas do Brasil possuem uma longa história que se estende por muitos milhares de anos antes da conquista portuguesa, o que faz com que eles tenham um conhecimento genuíno de sua realidade, o que lhes possibilitou

viverem e desenvolverem civilizações milenares equivalentes a qualquer outra civilização humana. Os saberes indígenas respondem às suas necessidades e desejos (LUCIANO, 2006, p. 169).

O indígena, de posse desse conhecimento secular, já desenvolvia sistemas próprios: social, religioso, político etc. Sistemas que funcionavam bem e em perfeita harmonia com a natureza sendo o nativo um personagem coadjuvante frente a natureza, diferente de como percebe-se o ser humano nos dias de hoje, como personagem principal e a natureza como mero cenário. A respeito disso Luciano destaca que “a natureza, e não o homem, é a fonte de todo o conhecimento. Cabe ao homem desvendá-la, compreendê-la, aceitá-la e contemplá-la” (2006, p.171).

Os povos indígenas viviam em perfeito equilíbrio com o meio ambiente. Consumiam apenas o suficiente para o uso imediato, não tinham a lógica do homem branco da acumulação, não compactuavam com a lógica da concentração de riquezas e poder nas mãos de uma minoria e o desejo incansável da posse da mercadoria, a esse respeito Kopenawa explica,

[...] Por quererem possuir todas as mercadorias, foram tomados de um desejo desmedido. Seu pensamento se esfumou e foi invadido pela noite. Fechou-se para todas as outras coisas. Foi com essas palavras da mercadoria que os brancos se puseram a cortar todas as árvores, a maltratar a terra e a sujar os rios. Começaram onde moravam seus antepassados. Hoje já não resta quase nada de floresta em sua terra doente e não podem mais beber a água de seus rios (KOPENAWA, ALBERT, 2015, p. 407-408).

Para interrompermos a degradação constante do meio ambiente é importante observar a lógica de sobrevivência dos povos originários do Brasil. Não se trata de retroceder e viver de maneira precária, ou primitiva de séculos passados mas de entender que é possível tirar proveito dos conhecimentos desenvolvidos pelas diversas etnias indígenas que habitaram o continente e que ainda têm uma mentalidade ecológica cultural que foi sendo desenvolvida no processo de sua atividade vital, no equilíbrio da relação entre ecossistemas naturais e cultura tradicional. Os conhecimentos empíricos foram se constituindo em normas de comportamento para o usufruto racional dos recursos naturais, vivendo com abundância, respeito e harmonia com o planeta. Os nativos conviviam com os animais, plantas e a natureza era a principal fonte de conhecimento, religiosidade, alimento e de cultura. Foi observando e aprendendo com os ciclos de crescimento, reprodução, nascimento, vida e morte das plantas e animais que os povos primitivos do Brasil, foram enriquecendo sua cultura e modo de sobrevivência em perfeita harmonia e sem depredar o meio ambiente. Sobre a contribuição dos povos indígenas Luciano afirma,

A primeira contribuição dos povos indígenas teve início logo após a chegada dos portugueses às terras brasileiras. Os índios pacificados e dominados ensinaram a eles as técnicas de sobrevivência na selva e como lidar com várias situações perigosas nas florestas ou como se orientar nas expedições realizadas (LUCIANO, 2006, p. 217).

Sobre os conhecimentos tradicionais e ciência indígena alguns exemplos merecem destaque como o conhecimento do solo, da botânica, da zoologia, do reaproveitamento dos alimentos, do artesanato, e em particular o uso de plantas medicinais. Foram os índios da América, só pra citar um exemplo, que dominaram por séculos o conhecimento sobre os produtos anestésicos, tão utilizados na medicina médica. A ciência do homem branco muito tem sido beneficiada por esses conhecimentos ancestrais de plantas que curam. Desse modo Luciano complementa sobre esses saberes,

Os principais saberes indígenas estão ligados à percepção e à compreensão que eles têm da natureza, e se manifestam no trabalho, nos ritos, nas festas, na arte, na medicina, nas construções de casas, na comida, na bebida e até na língua que tem sempre um significado cosmológico primordial (LUCIANO, 2006, p.170).

Uma das características principais da ciência indígena é o compartilhamento dos saberes: que são públicos e ao alcance de todos, respeitando as aptidões e competências grupais e individuais. O método preferencial das ciências indígenas é a visão de totalidade do mundo. Para tanto, o indivíduo deve compreender e conhecer na sua totalidade como a natureza funciona, com o intuito de seguir e respeitar sua lógica, seus limites e potencialidades para benefício próprio enquanto ser privilegiado da criação. Esses saberes são mais do que querer criar ou saber dizer, é saber fazer.

Aprender com os povos primitivos significa utilizar sabiamente os conhecimentos sobre sustentabilidade, sem a aplicabilidade mercantilista, aliando as tecnologias modernas. Não significa desprezar todo o conhecimento acumulado da ciência até hoje, pelo contrário, é aliar a sabedoria dos povos indígenas com as descobertas e avanços da ciência para um melhor viver da humanidade e das futuras gerações.

Para tanto é preciso redobrar a responsabilidade e o cuidado com a informação – com a notícia. O comunicador precisa ter um olhar ecossistêmico ao comunicar. Há de se usar novas e ou diferentes metodologias na disseminação dos saberes para diferentes indivíduos visando comunicar para todos, as teorias do jornalismo do passado que explicaram fenômenos e processos comunicacionais, não mais dão conta das arrojadas tecnologias da informação tão presentes no dia a dia do homem contemporâneo, é preciso fazer uma abordagem comunicacional a qual não se dissocie o homem do meio ambiente, nem da natureza, nem da

informação e nem do próprio processo comunicativo. Na perspectiva ecossistêmica quem comunica, influencia e também é influenciado. O entendimento sobre ecologia profunda, pensamento sistêmico, corroboram para uma nova perspectiva de emissão e recebimento da mensagem: os Ecossistemas Comunicacionais.

3. A perspectiva ecossistêmica no jornalismo ambiental

O jornalismo ambiental é um jornalismo especializado, e acima de tudo é comprometido com a vida e o bem-estar social. Não se trata meramente de jornalismo que fala de meio ambiente, mas sim aquele que ao tratar sobre pautas ambientais agrega a visão sistêmica. Essa visão agrega uma unidade complexa centralizada no todo composta de vários sistemas e suas inter-relações com o meio ambiente num nível transdisciplinar.

Essa pluralidade de sistemas pode ser interpretada como diversidade de assuntos, interesses, grupos sociais, tecnologias, ecossistemas etc e suas interdependências. De acordo com Loose (2012), existe uma classificação das funções do jornalismo ambiental:

Há um destacado espaço para a política, no sentido de mobilização da sociedade. As duas outras, a informativa (preenche a necessidade de o leitor estar em dia com os temas atuais) e a pedagógica (explica os motivos e aponta as soluções) são também relevantes, mas só chegarão a promover outras atitudes mediante o sucesso da primeira. O sentido de levar a informação ambiental para um público leigo, não especializado, está intrincado na expectativa de futuras mudanças de hábitos e valores (LOOSE, 2012, p. 4).

Um jornalismo ambiental bem feito assume vital relevância não apenas no sentido de informar mas como também de educar as pessoas para uma sociedade melhor. O jornalismo ambiental vai além do jornalismo especializado, ele traz consigo o senso de coletividade, cidadania, conscientização. Percebe-se dessa forma que o jornalista de meio ambiente ora é sujeito ora é objeto da notícia, evidenciando a interdependência com o meio. Segundo Morin, deve-se evitar o paradigma da simplificação, tão disseminado por Descartes, que separava o sujeito do objeto: “A inteligência cega destrói os conjuntos e as totalidades, isola todos os seus objetos do seu meio ambiente. Ela não pode conceber o elo inseparável entre o observador e a coisa observada” (MORIN, 2005, p. 12).

A expressão meio ambiente possui diversos significados dependendo do contexto, neste artigo a definição utilizada para meio ambiente será a assumida por Wilson Bueno,

Meio ambiente é o complexo de relações, condições e influências que permitem a criação e a sustentação da vida em todas as suas formas. Ele não

se limita apenas ao chamado meio físico ou biológico (solo, clima, ar, flora, fauna, recursos hídricos, energia, nutrientes, etc.), mas inclui as interações sociais, as culturas e as expressões/manifestações que garantem a sobrevivência humana (política, economia, etc.) (BUENO, 2007, p. 33).

É essa complexidade de relações, condições, influências que evidencia o pensamento complexo, proposto por Edgard Morin, presente no fazer jornalístico de meio ambiente. Importante salientar que para Morin, complexidade é diferente de complicado: essa complexidade tão presente no dia a dia das pautas ambientais refere-se ao todo em nível transdisciplinar, a tudo (todos os saberes) que é tecido junto sem eliminar a simplicidade. Segundo Morin ela – a complexidade – realmente surge na falha da simplicidade, mas integra tudo aquilo que põe ordem, clareza, distinção, precisão no conhecimento. O pensamento complexo almeja por um saber não fragmentado, não redutor.

A convergência da visão sistêmica, com o pensamento complexo, não linear, transdisciplinar e interdependente, propõe um novo paradigma para os processos comunicacionais, feito por meio dos Ecosistemas Comunicacionais, que é uma nova abordagem, uma nova perspectiva teórico-metodológica para se produzir e entender a notícia de meio ambiente, baseada na visão ecológica, proposta por Capra (2006), tal visão concebe o mundo de maneira holística, como um todo integrado e não como uma coleção de partes dissociadas. O termo Ecológico, utilizado por Capra, está ligado a uma escola filosófica específica, criada pelo filósofo norueguês, Arne Naess, em 70, chamada Ecologia Profunda, que difere da Ecologia Rasa – antropocêntrica. Na Ecologia Profunda, não se separa seres humanos ou qualquer outro ser vivo do meio ambiente natural.

A perspectiva Ecosistêmica reconhece a interdependência fundamental de todos os sistemas, enquanto indivíduos e sociedades, estando todos conectados nos processos cíclicos da natureza, formando teias. É fazendo uso dessa perspectiva que o jornalista pesquisa, investiga e produz informação: fazendo as conexões entre os saberes, sem fragmentar, entendendo que tudo e todos estão conectados fazendo trocas.

Tomando como ponto de partida que o jornalista é um influenciador; é um formador de opinião, o jornalista que escreve sobre meio ambiente precisa se desacorrentar de todas as teorias de comunicação e teorias do jornalismo estudadas na universidade, sair do compartimento da comunicação e debruçar-se sobre história, geografia, antropologia, e todos os outros conhecimentos que antes eram vistos como antagônicos ou diferentes da comunicação, e enxergar que os saberes são complementares, inclusive aqueles que não são científicos como, o conhecimento popular, artístico, religiosos, cultural, ancestral etc. É necessário uma nova

abordagem comunicacional: mais abrangente, plural e mais interessada na defesa dos menos favorecidos.

4. considerações finais

A importância do esclarecimento sobre como vivermos de uma forma mais sustentável é cada vez mais urgente. Com todos os eventos extremos que temos assistido e ou presenciado pelas notícias como o aquecimento global, crescimento do efeito estufa, inundações, secas e tantas outras catástrofes, deve-se repensar uma nova maneira de viver e habitar o planeta Terra. Essas reflexões precisam resultar em práticas individuais e coletivas em níveis regionais, nacionais e globais. Todos os seres vivos do planeta sentem os resultados da permanente degradação do meio ambiente mesmo aqueles que têm boas práticas sustentáveis de sobrevivência ou seja, todos os seres humanos sofrerão cada vez mais as consequências de um meio ambiente degradado, todos estamos conectados de alguma maneira. É preciso que se desenvolva uma ética ecológica global para que se possa viver num mundo melhor hoje e para as futuras gerações.

Ao observar a lógica da sobrevivência dos povos primitivos do Brasil, os indígenas, é possível identificar um estilo de vida equilibrado, em harmonia com o meio ambiente – flora, fauna etc., que é norteado pela lógica da não acumulação. O indígena brasileiro desenvolveu por séculos conhecimentos para sua própria sobrevivência sempre se percebendo como parte de um coletivo que faz parte da natureza, diferente do homem branco que se vê como superior a natureza, separado. A consequência dessa mentalidade histórica europeia são alguns problemas que começamos a vivenciar como escassez de recursos naturais: petróleo, água doce, alguns alimentos e a extinção de algumas espécies animais e vegetais por causa do modo predatório de exploração do homem branco que visa o maior lucro possível.

A prática jornalística e de pesquisa com a perspectiva ecossistêmica compreendem o mundo não a partir de partes, método cartesiano, mas como uma unidade integrada, que investiga a pluralidade da vida - natural, social, cultural e tecnológica, tendo como base as relações de interconexões que regem a vida em sociedade. Os arcabouços teóricos fundamentais para o entendimento dessa perspectiva se encontram na intersecção entre as ciências naturais e sociais congregando ecologia profunda (Capra, 2006), pensamento complexo (MORIN, 2005) e a compreensão biológica da vida (MATURANA; VARELA, 2011). É importante ressaltar que embora tenha se originado no contexto Amazônico, essa abordagem não é utilizada apenas para entender a região Amazônica, mas o mundo todo, onde os sistemas complexos do homem e do

meio em que vive se encontram. Os Ecossistemas Comunicacionais estão nas mais diversas relações e movimentos. Para o jornalista de meio ambiente é importante estar atento a todos os sistemas envolvidos que interagem com a matéria jornalística. Isso é fazer uma abordagem ecossistêmica. Identificar e reconhecer todos os elementos, que formam sistemas e se interconectam formando teias de comunicação. Essas teias são formadas por um conjunto de nós interligados formando redes. Uma estrutura comunicacional baseada em redes é um sistema aberto, dinâmico, capazes de se expandir e readaptar ilimitadamente, integrando novos nós, desde que possuam os mesmos códigos de comunicação.

Ter com exemplo o modo de vida indígena que vive em comunidade, em equilíbrio com a natureza e todos os seres, e entendendo a vida a partir de uma perspectiva ecossistêmica é possível conceber uma maneira de viver de acordo com o que preconiza o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, jornalismo e meio Ambiente.** São Paulo, SP: Mojoara, 2007.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** São Paulo, SP: Cultrix, 2006.

COX, Robert. **Environmental Communication and the Public Sphere.** - 3rd ed. Thousands Oaks, California: Sage Publication, 2013.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.** Tradução: Beatriz Perrone – São Paulo, SP: Companhia das letras, 2015.

LOOSE, Eloisa Beling. **Análise de discursos especializados em meio ambiente: como o jornalismo ambiental pode contribuir para um novo olhar.** 2012. Disponível em: http://www.razonypalabra.org.mx/N/N79/M79/06_Beling_M79.pdf

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: Ministério da Educação, 2006.

MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J. (2011). **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana.** Tradução de Humberto Mariotti e Lia Diskin. 9. ed. São Paulo: Palas Athena.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo.** Tradução do Francês: Eliane Lisboa – Porto Alegre: Sulina, 2005.

Our common future, Brundtland Report. World Commission on Environment and Development, 1987. Disponível em: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>

VIOLA, Eduardo; BOSSA, Larissa. O sistema internacional no Antropoceno. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [on line]. São Paulo, v. 31, n. 92, p. 8, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v31n92/0102-6909-rbcsoc-3192012016.pdf> Acesso em: 02 julho 2018.